



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

54ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

21/05/2025 e 22/05/2025

Aos 21 e 22 dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, após verificação de quórum em segunda chamada, foi aberta às 9:43, a 54ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma presencial, com a presença verificada de membros 25 titulares e 16 membros suplentes, quais sejam

A 54ª Reunião Ordinária do Consec contou com a presença dos seguintes membros:

Maristela Rangel Pinto, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
José Oliveira Junior, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente
Itallo Marcos Ribeiro Gabriel, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Titular
Maria Luiza Reis Jardim, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Suplente
Ramon Diniz, Associação Mineira de Municípios, Suplente
Matheus Ferreira Lima Rufino, Empresa Mineira de Comunicação, Suplente
Ivan dos Santos Cândido, Fundação Clóvis Salgado, Titular
Vanusa Rodrigues Chaveiro, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Suplente
Luis Gustavo dos Santos Dutra, Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, Titular
Débora Balarini Nery Martins, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Suplente
Nina Abreu Carvalho, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Suplente
Izabella Cristina Rosa Nigri, Secretaria de Estado de Educação, Titular
Eduardo Silva da Silveira, Secretaria de Estado de Fazenda, Titular
Sílvia Maria da Cunha Martins Pinheiro, Secretaria de Estado de Governo, Titular
Maria da Penha Siqueira de Araújo, Secretaria de Estado de Governo, Suplente
André Luiz Veloso Ferreira, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Titular
Werlen Fonseca Vieira, Artesanato, Titular
Aryanne Ribeiro, Audiovisual e Novas Mídias, Titular
Terezinha Lucia de Avelar, Audiovisual e Novas Mídias, Suplente
Rodrigo Hildebrando Robleno, Circo, Titular

Beatriz de Souza Resende, Circo, Suplente
Daiany Soares Sarmento, Cultura alimentar e gastronomia, Titular
Luis Fabiano dos Santos, Culturas afro-brasileiras, Titular
Eni Carajá Filho, Culturas indígenas, Titular
Thaynã Fernandes Araújo Paes, Culturas populares e tradicionais, Titular
Jussara Braga Bastos, Danças, Titular
Wenderson Godoi dos Santos, Danças, Suplente
Antonio Carlos Pimenta Diniz, Design e artes visuais, Titular
Gicelaine Pinheiro Leite Bicalho, Design e artes visuais, Suplente
Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Entidades sociais culturais, Titular
Marina Coutinho Azze, Entidades sociais culturais, Suplente
Mary Figueiredo Arantes, Moda, Titular
Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Moda, Suplente
Andressa Iza Gonçalves, Museus, espaços de memória e acervos, Titular
Jeferson Rios Domingues, Museus, espaços de memória e acervos, Suplente
Leandro César da Silva, Música, Titular
Cassiano Alves Maçaneiro, Música, Suplente
Luciene da Silva Nogueira, Política Estadual de Cultura Viva, Titular
Lucas Cristian de Oliveira (Sidrach), Produção cultural e técnica, Titular
Morrison de Oliveira, Teatro, Titular

PAUTAS

Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)

No **primeiro dia de reunião**, iniciou com um atraso de 43 minutos, foi destacado a importância de cumprir o horário e ter quórum. A Reunião abordou a distribuição de recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) Ciclo 2, focando na necessidade de clareza e objetividade na elaboração dos editais e na adaptação às demandas dos diversos setores culturais.

Problemas de comunicação nos editais: dificuldade da sociedade civil em entender em qual edital se encaixa ou qual sua finalidade. Expressões ambíguas como "público-alvo" geraram problemas de desclassificação em editais anteriores, como o de dança, reforçaram que a clareza é fundamental para evitar confusão para os proponentes e pareceristas. Os anexos também foram ponto de discussão, foi sugerido incluir o documento do anexo junto ao documento do edital e garantir que informações desclassificadoras estejam no corpo principal, com a justificativa de que muitos proponentes não leem os anexos, que são parte integrante e crucial do edital, causando prejuízos. A simplificação e acessibilidade dos editais foi reforçada, sugeriram vídeos de apoio e leituras técnicas gravadas são propostas para facilitar o entendimento e acesso,

especialmente para quem não tem familiaridade com a burocracia ou o digital.

A SECULT informou que iniciou um processo para identificar as obras dentro de cada setor para uma melhor compreensão, considerando que "foi muita coisa em pouco tempo". A "obra" é vista como o "grande ponto", mesmo que redundante dentro do conceito de criação.

Formação e capacitação: foi sugerido elaboração de propostas artísticas, execução e organização como prioridades na formação em temas como gestão e organização da cultura, planilhas, captação de recursos e produção cultural comunitária. Defenderam que a formação deve ter um caráter técnico e ser específica para grupos determinados, incluindo formação para novos pareceristas e gestores públicos (especialmente em pequenos municípios). Foi levantado a preocupação com a qualidade dos profissionais que oferecem capacitação, ressaltando a necessidade de especialização. Os valores de saberes e histórico foi defendido também, argumentando que na cultura, a qualificação não se restringe a diplomas, mas também ao histórico e saberes da pessoa, como mestres de culturas populares e tradicionais, e indígenas. Propuseram parcerias com universidades e pontos de culturas para a formação e auxílio na elaboração de projetos, e formação focada na confecção de instrumentos, vestuários, estandartes e outras práticas de saberes tradicionais, qualificar em vez de profissionalizar.

Tipos de formação: definir se é uma formação ampla ou específica, o GT de formação inicialmente optou por uma definição mais ampla para permitir aprofundamento por cada setor, porém, há um debate se a formação deve ser padronizada (ex: duração de cursos) ou específica para cada área. A necessidade de cursos de longa duração para novas gerações e novos artistas, e cursos curtos para maior volume e alcance, também foi destacada. Pontos referente a autonomia do proponente, estimulando o proponente a entender o processo, mesmo que terceirize a escrita, foram sugeridos para garantir autonomia e capacidade de questionar. A Busca Ativa também retorna a discussão; foi criticado a ideia de que apenas as pessoas busquem a formação; propõe-se que o estado (e municípios) leve a formação e o auxílio para a elaboração de projetos a quem não tem acesso.

Circulação, Intercâmbio e Residência: foi defendido a distinção entre os três conceitos, a circulação deve ser entendida como a circulação em pelo menos duas cidades, podendo abranger atividades, eventos e produtos (apresentações, turnês). O intercâmbio uma troca de conhecimento entre pelo menos duas pessoas ou grupos, com ida e volta entre cidades, gerando um produto ou atividade na cidade sede, nacional ou internacional. E, por fim residência, compreende-se em realizar um curso fora da cidade de origem, com contrapartida obrigatória de trazer o conhecimento para a cidade do proponente, uma imersão mais longa e um processo de desenvolvimento. O modelo do programa "Interações Estéticas" da FUNARTE é citado como referência.

Proposta de unificação no FEC: sugeriram transferir todas as ações de circulação da PNAB para o Fundo Estadual de Cultura (FEC), criando um grande programa "Circula Minas". Isso liberaria recursos da PNAB para outras áreas e aproveitaria a formatação jurídica existente do FEC.

Memória e patrimônio: foi discutido o conceito abrangente de memória; ela não deve ser confundida apenas com o passado, mas sim como um processo social vivo, que inclui oralidade, "oralitura" e "escrevência". Sugeriram que os editais devem ser voltados para mapeamento, pesquisas, elaboração e fortalecimento da memória, com ativação de espaços de memória, acervos e inventários participativos. Foi levantado a necessidade de fomento à preservação, restauração e digitalização de obras audiovisuais, que possuem alto custo e complexidade, com a sugestão de criação de um banco de dados para os projetos e resultados dos editais, visando multiplicar o acesso e o conhecimento do que está sendo produzido no estado. A museologia social também propõe o deslocamento do foco do objeto para o sujeito, valorizando as práticas comunitárias de preservação e produção de sentido, e usando a memória como base para formular políticas públicas que ampliem horizontes de dignidade e justiça.

Contrapartida social: forte posicionamento para não exigir contrapartida social nos editais da PNAB, pois a própria ação cultural e educativa já seria a contrapartida.

Recursos e distribuição: em maioria, priorizou a execução de projetos culturais (63,5%) em vez de premiação (25,4%) ou bolsa cultural (11,1%). No entanto, foi ressaltado que essa amostra pode ser enviesada pela acessibilidade à internet. Proposta de usar os rendimentos dos recursos da PNAB para recompor os setores que perderam mais recursos devido aos cortes, em vez de apenas para suplementação geral.

Diálogo com a educação: grande desejo de que a PNAB impacte as comunidades escolares, especialmente no contraturno, onde muitas crianças e adolescentes têm o primeiro contato com a cultura. A Secretaria de Educação se mostra aberta à colaboração. A educação patrimonial é uma área chave para essa integração.

Diversidade e decolonialidade: necessidade de uma **visão mais decolonial** nos intercâmbios, levando a cultura brasileira para a África e América Latina, e valorizando povos ricos em tradição, não apenas o eurocentrismo.

Setores específicos e propostas:

Cultura Popular, Afro-brasileira e Indígena: solicitação de editais exclusivos com linguagem apropriada para esses setores. Proposta de 500 prêmios para mestres (R\$ 20.000), 300 para "detentores/pertencentes" (R\$ 10.000) e 400 para grupos/coletivos (R\$ 40.000). Também

propôs 90 projetos para elaboração de dossiês de registro de mestres. Foi reforçada a importância de mencionar o Patrimônio Imaterial como parte desse conjunto de cadeiras.

Teatro: propôs prêmios para criação e manutenção, circulação e intercâmbio/residência, formação e promoção da memória.

Audiovisual e Novas Mídias: foco em cineclubes, desenvolvimento de roteiros e projetos, distribuição de filmes e festivais/mostras. Também a preservação audiovisual.

Design e Artes Visuais: foco em exposição, criação, montagem e circulação de obras inéditas, novos talentos, capacitações e premiação de trajetória.

Produção e Técnica: prioriza circulação (residência/intercâmbio), formação e encontros regionais/mineiro para profissionais de bastidores, além da salvaguarda de práticas e métodos.

Artesanato: foco em manutenção de espaços, capacitação e premiação de mestres/artesãos.

Museus, Espaços, Memória, Acervos: foco em mobilização e articulação da rede por meio de encontros regionais (em vez de mostras/festivais), capacitação e promoção da memória.

Cultura Viva: propôs o fomento a Pontões e Pontos de Cultura, incluindo bolsas para mestres vinculadas a essas entidades para garantir a transmissão de conhecimento.

Moda: propôs apoio a novas narrativas, seminários, residências criativas, bolsas de pesquisa (moda popular e decolonial), oficinas de sustentabilidade, incubadoras para novos criadores, exposições, e reconhecimento de mestres de técnicas tradicionais.

Literatura: apesar da ausência de um representante titular, houve sugestões de outros conselheiros, como a manutenção do formato anterior com ajustes e a ida de autores às bibliotecas para fomentar a leitura. Proposta de publicação de obras de design e artes visuais como catálogos e livros.

O **segundo dia de reunião** abordou diversos pontos críticos para a gestão e fomento da cultura em Minas Gerais, com ênfase na distribuição de recursos do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

Regionalização e desconcentração dos recursos do FEC: foi mostrado que, historicamente, o FEC tem aprofundado as distorções do incentivo fiscal, com uma concentração significativa de recursos na região intermediária de Belo Horizonte (67,5% em 2015 e 49,81% em 2018/19), prejudicando municípios de menor porte. A concorrência com a capital é vista como desleal, pois proponentes do interior têm menos "currículo" ou visibilidade. Houve tentativas de editais exclusivos para municípios com até 100 mil habitantes que tiveram resultados e não resolveram a concentração. Para a solução foi sugerido pensar no estado inteiro, não apenas nas questões populacionais que concentram recursos em grandes centros, juntamente com a proposta de pontuação extra; pontuar mais projetos que não são da região metropolitana, sem limites populacionais específicos, para acabar com a concorrência desleal, a fim de evitar que a falta de propostas de regiões específicas resulte na concentração de recursos para projetos da capital com notas mais altas.

Proposta “Restaura Minas”: proposta do IEFA que defendeu a destinação de recursos do FEC para a restauração de imóveis em risco de colapso, inicialmente para 13 bens prioritários (estimados em 19 milhões, depois em 5 milhões dentro do FEC inicial de 22 milhões). O IEFA argumentou possuir projetos prontos e expertise técnica.

Houve discussão a respeito, com argumentos favoráveis e contrários.

Argumentos favoráveis:

Urgência e Prevenção de Tragédias: Imóveis estão em risco iminente de colapso, com precedentes de mortes em outros estados, como na Bahia. A preservação dos espaços físicos é crucial para que manifestações culturais imateriais (congadas, folias) aconteçam, a fim de salvaguarda do imaterial.

Experiência Técnica: O IEFA realiza monitoramento contínuo com corpo técnico experiente (alguns com mais de 50 anos de casa) que mapeou esses riscos.

Descentralização: A localização dos imóveis propostos abrange várias regiões do estado, contribuindo para a desconcentração dos recursos.

Catalisador para Liberação de Fundos: A execução rápida desses recursos do FEC pode abrir caminho para a liberação do saldo maior do Fundo.

Sucesso Anterior: O edital "Restaura Minas" de 2024 (FEC 07) foi bem-sucedido, com 4,5 milhões de reais executados por 11 municípios.

Argumentos contrários e dúvidas:

Falta de transparência: Questionamento sobre a ausência de informações detalhadas (projetos, orçamentos, laudos) dos bens propostos, e o fato de a proposta ter sido divulgada na imprensa antes de ser debatida no Consec.

Responsabilidade e urgência questionável: Dúvida sobre o porquê da demanda "urgente" agora, se os bens estão em risco há anos, sugerindo que a responsabilidade seria dos municípios ou de outras fontes (ICMS Cultural, compensações minerárias). Além de que destinar um volume tão grande para patrimônio material pode comprometer o fomento de outras linguagens que também sofrem.

Falta de uso social: Crítica sobre a ausência de garantia de que os espaços restaurados serão efetivamente utilizados pela sociedade civil para atividades culturais, sugerindo assim, outras fontes de financiamento, como a Lei Rouanet ou Lei de Incentivo à Cultura (LEIC) para a

restauração.

Valores propostos: Rodrigo propôs 4-5 milhões do valor inicial do FEC (22 milhões) para o patrimônio material e, se houver suplementação, 40% desse valor para o patrimônio material neste ano, decaindo para 20-25% em anos futuros. A proposta coletiva apresentada pela Jussara sugere 5 milhões.

Destinação dos rendimentos da PNAB Ciclo 2:

Proposta 1: rendimentos dos recursos do Ciclo 2 usados para recompor os valores de setores que tiveram perdas significativas na distribuição do ciclo anterior, como música, teatro, dança e audiovisual, em vez de uma suplementação geral, com o argumento que setores como a música estão "bastante indignados" com a realocação de recursos devido a perdas significativas em relação à demanda.

Proposta 2: Circula Minas no FEC, que os rendimentos do eixo de circulação da PNAB (entre 8 e 9 milhões de reais) fossem transferidos para o FEC para criar um grande programa "Circula Minas" multi-setorial, com o argumento de que isso liberaria recursos na PNAB para outros eixos (criação, formação, memória, manutenção), mas levantou preocupações sobre a capacidade do FEC (22 milhões) de absorver essa demanda adicional.

Deliberação: foi aprovada por unanimidade a realização de uma reunião extraordinária específica para tratar da destinação dos rendimentos do Ciclo 2 da PNAB.

Propostas de Linhas de Fomento para o FEC 2025: a SECULT propôs a manutenção de linhas existentes, isto é, replicar os editais de 2024 para agilizar o processo. Foi proposta em contrapartida novas linhas prioritárias, como Mostras e Festivais, considerando uma demanda imensa e multi-setorial, com a inclusão de 5,5 milhões na proposta coletiva, e a Manutenção de OSCs com uma linha de premiação ou manutenção, com 4 milhões na proposta coletiva, para combater a precariedade dessas organizações.

Outras demandas setoriais específicas:

Produção e Técnica - "Bastidores" - defesa para incluir a "turma da graxa" (carregadores, costureiras, cenógrafos, iluminadores) com uma linha de premiação ou via Saberes Gerais.

Moda - Passarela Liberdade - defesa para manter o edital específico, argumentando que sem ele, o setor não consegue acesso a fomento, dada a dificuldade de pareceristas especializados.

Sobre a secretaria da fazenda: foi levantado que o orçamento anual previsto é de 22 milhões de reais, mas há um saldo potencial muito maior (106 a 125 milhões), que depende da execução dos 22 milhões para ser negociado com a Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Fazenda ressaltou

a delicada situação financeira do estado, com déficit orçamentário, dificultando a liberação de mais recursos. A principal fonte de arrecadação do FEC são as contrapartidas dos projetos da Lei de Incentivo à Cultura (LEIC).

Reunião encerrada.

Link da gravação da reunião:

Dia 1 - <https://youtu.be/vAA5qbzrgcc?feature=shared>

Dia 2 - <https://youtu.be/tHGcBEcTmck?feature=shared>



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Hildebrand Robleno, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Coutinho Azze, Cidadão**, em 10/07/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HENRIQUE LEMOS REIS, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 06:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Cidadão**, em 11/07/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116396132** e o código CRC **70EBC1E9**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 116396132